- XXXV -

APORTES PORTUGUESES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: DA ENDOPRIVATIZAÇÃO À EXOPRIVATIZAÇÃO

Camila Maria Bortot

Universidade Federal do Paraná
camilabortot@hotmail.com

Elisângela Alves da Silva Scaff

Universidade Federal do Paraná
elis-scaff@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O debate sobre a qualidade da educação vem se acirrando a partir dos anos 1990, no âmbito das Reformas Gerenciais implantadas sob o argumento da eficiência e da eficácia educacional. Tais reformas, pautadas pelas mudanças nos processos produtivos industriais e pela adoção, inicialmente, na esfera privada e em seguida na pública, da gestão por resultados e, principalmente, da concepção de gestão para a qualidade total, propugnam novos padrões de sociabilidade que envolvem desde coletivos sociais à organizações e fundações ligadas ao Terceiro Setor, na busca da Nova Gestão Pública (NGP) (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Esses novos padrões atingem diretamente a educação infantil, precipuamente pela influência das Organizações do Terceiro Setor, que influenciam na elaboração de políticas educacionais para o atendimento de zero a seis anos no Brasil.

Considerando a qualidade como um dos princípios do Direito à Educação Infantil, buscamos no presente texto compreender as intencionalidades do privado sobre o público para a Educação Infantil, a partir do documento “Educação Infantil em debate: a experiência de Portugal e a realidade brasileira”, de 2014, elaborado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e Fundação Itaú.

DESENVOLVIMENTO

A FMCSV, parceira do Movimento Todos pela Educação (TPE), é protagonista na elaboração de materiais didáticos/pedagógicos, disseminadores de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e orientações para a Educação Infantil.

O documento “Educação Infantil em debate: a experiência de Portugal e a realidade brasileira” (FMCSV, FUNDAÇÃO ITAÚ, 2014) foi elaborado pela referida fundação, em parceria com a Fundação Itaú e se constitui por 8 capítulos: organização da gestão, fontes de financiamento, formação e identidade profissional, estruturação do currículo, sistema de avaliação, participação da sociedade civil, expansão da cobertura e experiência portuguesa e sua contribuição para o Brasil, sobretudo no segmento creche.

Apesar da manifesta intenção de não utilizar a organização da Educação Infantil em Portugal como modelo para o Brasil, visto que, segundo o documento, “O Brasil não precisa de modelos, mas de interlocutores” (FMCSV; FUNDAÇÃO ITAÚ, 2014, p. 7), o modelo de oferta da educação infantil em Portugal parece apontar tendências profícuas, assimiladas no Brasil por meio das organizações do terceiro setor.

Uma dessas tendências está no distanciamento entre a Educação Infantil e o Ministério da Educação em Portugal, cuja oferta possui clara vinculação com parcerias público-privadas.

Tais apontamentos indicam que os atendimentos, sobretudo nas creches, recebem apoio do Estado, e outras formas de atendimento direto às crianças de zero a três anos são realizadas pelo setor público, por meio do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) (e não o Ministério da Educação), com *componentes* educativos e não do *trabalho* educativo, repassando os recursos para organizações filantrópicas.

Ainda enfatizam que às crianças portuguesas de zero a três anos não há uma política específica para garantir o acesso às creches “[...] e cuidar das crianças nessa faixa etária é considerado dever prioritário da família, e, apenas quando ela não pode arcar com essa responsabilidade, o Estado entra como coadjuvante e apoiador da família” (FMCSV; FUNDAÇÃO ITAÚ, 2014, p. 17).

Outra dimensão apontada é a qualidade da formação profissional, ao indicar que em Portugal ‘educadores de infância’ são responsáveis pelo projeto educativo e pedagógico da creche, e, com os ajudantes de ação educativa, desenvolvem atividades de cuidado e sócio pedagógicas junto às crianças a partir de 1 ano. No berçário, a lei não requer a presença de um educador de Infância no trabalho direto com os bebês, trabalho realizado pelos técnicos na área do Desenvolvimento Infantil (FUNDAÇÃO ITAÚ; FMCSV, 2014). Dessa forma, a

formação para atuar com a primeira etapa da Educação Infantil não requer profissionais com formação em nível superior e/ou determinada pela legislação, juntamente àquela oferta em instituições filantrópicas e creches comunitárias.

O documento enfatiza que para atingir Educação Infantil de qualidade “Conhecer a realidade de Portugal, [...] pode **iluminar a nossa própria situação, tornando mais claros os desafios brasileiros nessa área**” (FMCSV, FUNDAÇÃO ITAÚ, 2014, p. 71, grifos nossos). Ao analisar o estudo da FMCSV e Fundação Itaú, é visível a intencionalidade em demarcar que essas possibilidades que poderiam ser exploradas no Brasil, a partir da perspectiva da consolidação das parcerias público-privadas e uma educação não-formal para a creche.

Rosemberg (2002) ajuda-nos a compreender esse cenário ao afirmar que, para reduzir os investimentos públicos, as políticas constituídas e os programas apoiam-se nos recursos da comunidade, criando programas denominados “não formais”, “alternativos”, “não institucionais”, ou seja, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na comunidade, ainda que falte conhecimentos profissionais e materiais pedagógicos, bem como que não se tenham objetivos e intencionalidades claros.

As enunciações do documento em análise, em vários momentos, coadunam com as intencionalidades de outros dois documentos, do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quais sejam: “Educação Infantil: programas para a geração mais importante do Brasil” (EVANS; KOSEK, 2011) - traduzido pela FMCSV – e a Declaração de Incheon (2015), respectivamente. Tais documentos orientam aos países investimento em programas na infância a partir de outros arranjos educativos e uma educação não-formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o Direito à Educação de Qualidade “visa primariamente proteger a máxima qualidade do ensino” (XIMENES, 2014, p. 121), não há dúvidas que as intencionalidades apontadas no documento não corroboram para essa conceituação. Os enunciados de implementação das parcerias público-privadas para a oferta das políticas sociais focalizadas contrapõem a toda discussão levantada sobre a maximização do conceito de qualidade do Direito à Educação Infantil, travada por pesquisadores e coletivos na luta da efetivação da educação da primeira infância.

Apreende-se tendências na perspectiva da privatização endógena” ou endoprivatização (BALL; YOUDELL, 2007), na produção de intencionalidades a partir de

uma lógica privada na educação pública e a incidência dos atores empresariais na gestão da política educacional, em detrimento dos mecanismos de participação democrática e do fortalecimento de atores comprometidos com a estruturação de sistemas públicos de educação. Pode-se aferir que as intencionalidades da endoprivatização seguem, tendencialmente, à exoprivatização (BALL; YOUDELL, 2007) na Educação Infantil, alinhadas, ainda, com as orientações dos organismos multilaterais, em ações que estão direta e indiretamente relacionada à procura e criação de novas oportunidades de lucro (GROSO, MAGALHÃES, 2016; ADRIÃO, T.; et al, 2015).

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G.; XIMENES, S. **Sistemas de Ensino Privado na Educação Pública Brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação.** Relatório de Pesquisa. GREPPE, Ação Educativa. 2015.
- BALL, S; YODELL, D. H. Privatización encubierta en la educación pública, **Internacional de la Educación.** 2007. Disponível em:http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 24 de junho de 2018.
- EVANS, D. K.; KOSEC, K. **Educação Infantil: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil.** São Paulo: Editor: Ex-Libris Comunicação Integrada, Tradução para o português: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 15 de Jun. de 2011.
- FMCSV; FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Educação infantil em debate: a experiência de Portugal e a realidade brasileira.** São Paulo: Fundação Itaú Social, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014.
- GROSO, C. MAGALHÃES, G. M. Privatização da Educação América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação e Sociedade**, v. 37, nº 134, p. 17-33, jan-mar., 2016.
- UNESCO. INCHEON - **Educação 2030 Declaração de Incheon Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** 2015.
- PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. FERNANDES, M. D. Estado e Terceiro Setor: As novas Regulações entre o Público e o Privado na Gestão da Educação Básica Brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 6/ 32, março/ 2002.

XIMENES, S. B. **Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica**. São Paulo: QuartierLatin, 2014.